Manifesto de fundação da Agrupação de Educadores/as - Resistência Popular Sindical - (RJ)

Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina.

Paulo Freire

Portanto, companheiras, apelo para vós, em nome do futuro da humanidade, para que unidas nos lancemos na luta, procurando eliminar tudo quanto obstrua o caminho que há de conduzir-nos ao futuro ditoso, que tem sido o sonho mais doce da vida.

Maria Angelina Soares

1. Palavras prévias

As lutas das oprimidas e dos oprimidos atravessam os séculos, contra a opressão e violência das elites políticas, do colonialismo dos Estados-nacionais, do imperialismo econômico e cultural e a exploração dos sistemas econômicos de dominação que se sucederam na história da humanidade, suplantando as sociedades que eram livres da exploração/dominação sobre os seres humanos e a natureza. Para cada período específico, formas de luta e organização das classes oprimidas/exploradas reivindicaram e viveram sonhos justos de liberdade e igualdade social. Tais como as lutas de resistência dos povos indígenas em nosso país (a Confederação dos Tamoios e inúmeras outras), a organização de centenas de quilombos (Quilombo dos Palmares!) e de experiências territoriais que apontavam para um horizonte onde se respirava a liberdade.

O sindicalismo é uma ferramenta de luta criada no século XIX, que foi responsável por lutas sociais importantes em todo o mundo. No Brasil, as primeiras greves foram organizadas pela população negra, que mesmo durante o período da escravidão realizava lutas no mundo do trabalho e constituíram a força que viria ser determinante na derrubada do sistema escravista-colonial. Porém, o fim desse sistema econômico escravocrata, racista e explorador, que servia aos interesses do sistema-mundo capitalista, longe de garantir a igualdade social e econômica, foi suplantado por uma organização política, social e econômica exploratória e opressora.

A abolição da escravidão e a nascente república no Brasil, tampouco resolveram a situação da classe trabalhadora no país. Concentrou terras nas mãos de poucos latifundiários, aprofundou as desigualdades sociais e raciais, assim como conformou um novo sistema político e econômico de exploração e dominação, já dentro dos marcos do moderno sistema capitalista em nosso país.

Em oposição a esse novo sistema de exploração e opressão, o sindicalismo brasileiro, fundado não apenas por trabalhadores imigrantes europeus, mas também fruto da contribuição de inúmeros brasileiros, conformou-se como uma importante ferramenta de luta e organização. Não apenas na conquista e manutenção de direitos, mas naquele

momento, se colocando na perspectiva do sindicalismo revolucionário, uma estratégia sindical que não se contentava apenas em conquistar reformas e direitos sociais, mas vislumbrava a superação do sistema capitalista, das relações de dominação e apontava para a conformação do poder popular.

Paulatinamente, o Estado brasileiro e suas classes dominantes, compreenderam que a domesticação do sindicalismo era fundamental para conter a luta das classes dominadas. Incentivar o sindicalismo reformista (amarelo e de conciliação) e garantir pequenas conquistas em troca da formação de um sindicalismo corporativo. Foi esta a tática que implementada desde os anos 1920 mas, principalmente, durante o governo Vargas (1930-1945), preparou as bases do sindicalismo atrelado ao Estado no Brasil. Mesmo com a burocratização do sindicalismo pelo corporativismo, lutas importantes ocorreram entre as décadas de 1940 e 1960, destacando-se a organização de comissões de fábrica e de grandes campanhas contra a carestia de vida, que reuniram milhares de trabalhadores nas ruas das principais capitais. Experiências dos socialistas independentes e dos anarquistas neste período, apontaram para a formação de uma luta sindical pela base e de intenção revolucionária.

O esgotamento da política governamental populista de concessão de pequenas migalhas aos trabalhadores, em troca de sua submissão política, bem como o apagamento de sua independência de classe, foram fundamentais para a articulação de um novo bloco político da classe dominante. Enquanto o país avançava em sua industrialização, as contradições sociais agudizavam-se, com o crescimento das periferias e transformações no interior da classe trabalhadora que em nosso país era e é diversa, com ampla presença feminina, com diversidade sexual e étnico-racial.

Aliados aos interesses norte-americanos e reacionários, a elite política, a burguesia e a casta militar, recusariam quaisquer perspectivas de reformas e concessões aos oprimidos e oprimidas. Optariam por um regime de força, que colocou o país num período de trevas para os/as de baixo.

O golpe empresarial-militar de 1964 atacou os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, caçou lideranças sindicais, fechou sindicatos e associações rurais, matou e torturou lutadores populares, estudantes, líderes comunitários, indígenas, camponeses e sindicalistas. Mesmo dentro de uma ditadura militar que utilizava plenamente a ferramenta do terrorismo de Estado, valentes lutadoras e lutadores, como Carlos Marighella, Dinalva Conceição (Dina), Carlos Lamarca, Inês Etienne Romeu, Edson Luís e milhares de outros/as, que resistiram à sanha do estado repressivo e de sua burguesia. Reivindicamos essas experiências sociais e revolucionárias, com seus erros e acertos, como nossas.

Ainda sob a sombra da ditadura, a luta da classe trabalhadora se pronunciou em grandes greves realizadas no final da década de 1970. O chamado novo sindicalismo, na realidade, resgatava também experiências longínquas do sindicalismo revolucionário do início do século passado, do sindicalismo combativo e um patrimônio de lutas das classes oprimidas nas décadas anteriores. O país, no entanto, se transformara, com a

gentrificação e o crescimento das favelas, vilas e ocupações urbanas; com novos movimentos de desempregados e a institucionalização acelerada de formas de terrorismo de Estado e violência policial, principalmente contra o exército de reserva de mão de obra e, especificamente, trabalhadores negros, periféricos e pobres.

Na formação dessas novas experiências sindicais, as propostas de um sindicalismo organizado pela base, foram paulatinamente sendo solapadas pela burocracia sindical e pelo reformismo, que hegemonizou a recém criada Central Única dos Trabalhadores. O espírito do sindicalismo combativo foi sendo sepultado pela perspectiva da conciliação de classes e do sindicalismo burocrático. Os subsequentes governos neoliberais demonstraram que a falta de um poderoso eixo do sindicalismo custaria caro para a classe trabalhadora e que, a despeito de valentes greves e atividades sindicais que enfrentavam os vende-pátrias do patrimônio nacional, avançavam os ataques aos direitos da classe trabalhadora e o desmonte dos serviços sociais e das políticas públicas.

Mesmo durante os 13 anos de governos progressistas, de perspectiva social-liberal, podemos identificar, principalmente no final do ciclo desse período, uma atividade grevista frequente, que colocou em xeque a ideia de que não havia mais necessidade de luta por direitos no país. Avançavam, desde o final dos anos 1990, formas violentas de precarização, terceirização e desmonte da estabilidade laboral, cujo pano de fundo da globalização econômica e do avanço neoliberal, permitiam que os sindicatos adotassem posturas defensivas diante a manutenção dos direitos. Formas instáveis de relações laborais passaram a fazer parte da paisagem da realidade social brasileira. Disfarçadas por aparência de "inovação tecnológica", a uberização vem pautando um enorme desafio para a organização sindical do nosso povo. O imenso contingente de exército de reserva de mão de obra vem sendo condenado pela classe dominante a miséria, ao trabalho informal ("autônomo") e a marginalização, presas fáceis das novas formulações dos Estados de Choque e das democracias blindadas, onde há uma escalada da violência de Estado e cada vez menos direitos sociais e concessões.

Ao mesmo tempo, os gestores progressistas, prometem pequenas migalhas e políticas de inclusão social, de gênero e raciais, enquanto seguem aprofundando políticas econômicas de hiperexploração, associadas a desmobilização de qualquer ação sindical mais combativa. O sindicato passa a ser um apêndice das campanhas políticas e das candidaturas/gestores progressistas, ao invés de manter sua independência de classe.

Depois do golpe jurídico-parlamentar de 2016, a classe dominante resolveu rifar o projeto de pequenos ganhos para a nossa classe oprimida e aprofundar o corte nos direitos, realizando a reforma da previdência, a reforma trabalhista, realizando o ecocídio e genocídio dos povos indígenas e originários, e legalizando a violência no campo. Prosseguiu com a aposta num governo protofascista, onde os fiadores militares aprofundam o desmonte dos direitos outrora conquistados no período democrático-burguês.

Como se não bastasse a conjuntura nacional, sobretudo no pós-golpe, que nada nos favorece, e a trajetória aqui descrita dos sindicatos, que aponta para sua disputa intra e

entre classes, é importante pontuar que vivemos em um contexto complicado para a organização de classe nos sindicatos. Estes órgãos vêm sendo amplamente desacreditados e desqualificados, tanto pela propaganda burguesa em jornais, TV e mídias coorporativas, quanto por suas controversas escolhas aqui apontadas.

A burguesia ainda promove uma ofensiva na esfera ideológica, teórica e cultural afirmando que não existe mais conflito de classes, trabalho e trabalhador como categoria real, com a clara intenção de fragilizar a "consciência de classe" promovida nas lutas sindicais e, também, na subjetividade dos e das que produzem e vivem dos seu próprio esforço.

Fica claro que este quadro se difere muito daquele encontrado nos séculos XIX e XX, tornando mais complexo o trabalho sindical classista e combativo que pretendemos desenvolver. Dessa forma, os sindicatos hoje devem operar numa ordem social que já não lhe é favorável, buscando manter e ampliar suas bases, promovendo lutas e, portanto, uma consciência de classe viva e novas perspectivas para os oprimidos e as oprimidas.

Esta conjuntura nos leva a afirmar que a realidade do mundo do trabalho, independentemente dos resultados eleitorais que se avizinham, aponta para a continuidade de uma situação de aumento do custo de vida, penúria, cortes nos direitos sociais, desemprego e hiper-exploração. Neste sentido, urge, criar e fortalecer instrumentos combativos de luta sindical, em todas as categorias possíveis. A reconstrução do sindicalismo combativo e do sindicalismo de intenção revolucionária é fundamental para os próximos anos e décadas.

2. Fortalecer a luta sindical combativa e de intenção revolucionária na educação

A Agrupação de Educadores / Resistência Popular Sindical (RJ) é inspirada na formulação de uma tendência político-social sindical, que se organiza com o intuito de promover uma determinada concepção sindical nas lutas por local de trabalho e categoria e as vincular a um projeto mais amplo de poder popular. Tal agrupação sabe que seu trabalho é de longo prazo e que não há mais espaço para discursos auto-proclamatórios, onde se traz a "fórmula sagrada" para o conjunto da categoria, tampouco construções artificiais, onde o telhado é feito antes da casa.

A crise que os sindicatos vivem hoje não são fruto apenas do ataque das classes dominantes, mas também de perspectivas políticas que se tornaram hegemônicas no sindicalismo brasileiro. Longe de querer trazer, de maneira arrogante, a fórmula mágica que resolverá todos os problemas e cientes de nossa modesta perspectiva, procuramos trazer aqui alguns elementos rudimentares de reflexão. Entendemos que o sindicalismo é um método de luta no mundo do trabalho e, portanto, este é mais amplo que o sindicato. Desta forma, não se pode reduzir um sindicato à sua direção, tendo em vista

a entidade, composta por uma base social e é nesta, principalmente, que nossas energias devem estar focadas.

Nos propomos, modestamente, trabalhar para a formulação e a prática de um sindicalismo combativo, de intenção revolucionária, que aponte para a independência de classe, para a solidariedade entre os oprimidos e oprimidas, para a ação direta e a democracia de base nos espaços sindicais. Também achamos fundamental, aliar a luta classista ao combate sem trégua às opressões de gênero, sexuais (transfobia, machismo, lesbofobia etc) e ao racismo estrutural da sociedade brasileira, cujas marcas na classe trabalhadora são enormes.

Propomo-nos a estabelecer um diálogo fraterno com outras correntes políticas que tenham perspectivas similares ou próximas às nossas, apontando para a construção de um sindicalismo da educação que não se restrinja apenas a negociação ou a conquista dos aparatos sindicais. Entendemos o sindicalismo como uma prática cotidiana, que ocorre em cada local de trabalho, com momentos mais calmos e outros mais agitados, onde o exemplo e a prática convencem mais que o discurso e verborragia pseudo-radical. Neste sentido, o combate a burocratização da luta sindical, assim como do sectarismo devem marcar nossa conduta política, com o fortalecimento do protagonismo da base, evitando a apropriação do sindicato por decisões de cúpula ou de correntes.

Entendemos que como modesta agrupação, devemos colocar o trabalho de base nos marcos anteriormente citados, como o centro de nossa prática política. Entendemos também, que a propaganda, a análise da conjuntura e sua articulação com as demandas da categoria, são fundamentais para o andamento da luta.

Nos pronunciamos em favor de um compromisso ético, onde a caminhada é sempre coletiva, e o respeito aos acordos das assembleias e coletivos são sagrados, onde cultivamos um ambiente generoso, reconhecendo equívocos e acertos, sem fomentar uma cultura sindical sectária, fratricida e de autoconstrução. Entendemos que esta caminhada é longa, e que a disciplina, e o compromisso militante e a criatividade no trabalho sindical, devem ser marcas importantes, para a reconstrução desse sindicalismo combativo e revolucionário.

A categoria da educação concentra hoje no país, mais de 2 milhões e 180 mil trabalhadores, sendo que deste número, 63% trabalham no ensino fundamental. Na educação infantil brasileira, há quase 600 mil docentes, com 96% de mulheres nesta função, o que torna inseparável a questão de gênero, raça e classe neste contexto. Tal quadro parece se replicar no ensino fundamental, com 67% de docentes mulheres nos anos finais do ensino fundamental e 88% nos anos iniciais do ensino fundamental. No ensino médio são cerca de meio milhão de docentes, com 58% de mulheres e 42% de homens.

Apesar deste grande contingente e da importância da educação como direito social e serviço público, a remuneração da categoria é cada vez mais precária. O estado do Rio de Janeiro ocupou o 1º lugar no ranking de menor investimento nacional em educação

e também, é o estado que menos investe em professores no Brasil. As perspectivas para 2022 são sombrias, pois o valor do salário de um professor da rede estadual pode atingir um valor menor que o do salário mínimo nacional . Em março de 2021, os salários dos professores da rede estadual mantinham apenas 69% do poder aquisitivo de 10 de julho de 2014. Na prática, há quase uma década a categoria da rede estadual observa seu salário ser achatado cada vez mais.

A categoria da educação também foi uma das mais atingidas pela pandemia e pelas doenças ocupacionais. Entre as diferentes categorias, os profissionais do ensino foram os que mais tiveram vínculos encerrados por morte, principalmente nos estados com maiores taxas de mortalidade por covid-19.

Além da crescente precarização salarial, a categoria lida com problemas cotidianos, como o assédio moral, perseguições políticas, baixa valorização, falta de infraestrutura adequada para trabalhar, ausência de planos de carreira adequados, terceirização, falta de estímulos para a formação continuada, violências físicas e psicológicas, atrasos salariais e perseguição ideológica por parte de setores da extrema-direita, ou mesmo de gestores educacionais. Defendemos que a única forma de nos protegermos destes problemas e ataques, é construindo uma categoria da educação forte, que tenha compromisso não apenas com suas próprias demandas, mas fortaleça a relação entre a categoria e a comunidade escolar. Nossa categoria e luta sindical da educação é muito mais ampla que a luta dos professores. Cozinheiras escolares, inspetores, orientadoras pedagógicas, porteiros, psicólogas escolares também são educadores/as, com questões comuns a toda categoria e específicas de sua própria condição.

A luta sindical é indissociável de uma perspectiva de uma educação popular e libertadora. Neste sentido, reivindicamos as experiências da Escola Moderna do início do século XX feitas pelos sindicatos revolucionários no Brasil e no mundo; as experiências da educação libertadora dos anos 1960 e 1970; a educação indígena, camponesa e quilombolas, bem como as experiências urbanas de educação popular tocadas por cursinhos e pré-vestibulares comunitários. Reivindicamos a ciência e a educação de nível superior no país, assim como, apontamos a necessidade de uma universidade pública cada vez mais popular.

Denunciamos os poderosos lobbies econômicos-liberais em defesa do sucateamento da educação pública e da mercantilização da educação, nas mãos de famintos empresários. Assim como, o esvaziamento do pensamento crítico nas grades das escolas e universidades e sua transformação em meras mercadorias à serviço dos mais ricos.

Entendemos que a luta da educação deve andar de mãos dadas com estudantes, comunidades, povos originários, camponeses e trabalhadores urbanos em geral, para a construção de uma nova sociedade.

Com os punhos fechados e sonhos de liberdade e igualdade nas mãos, não desejamos nada além do que um bom lugar na luta. Até a vitória final.

Fevereiro de 2022